

# Arame farpado, conhecimento e desenvolvimento no Sudoeste de Angola (c. 1960-1974)<sup>1</sup>

Cláudia Castelo\*

PP. 47-59

## Introdução

O arame farpado foi inventado em 1874, para impedir o movimento do gado nas planícies do Oeste americano, no âmbito de uma colonização massiva e rápida do território, encarado como mercadoria para a obtenção de lucro, o que exigiu uma nova forma de apropriação do espaço baseada na definição de fronteiras, no controlo das suas áreas internas e no uso da violência em larga escala (Netz, 2004: 1-4).

Nascido nos Estados Unidos da América, no contexto acima referido, o arame farpado, enquanto tecnologia ao serviço de um sistema de criação de gado supostamente moderno, materializa nas regiões áridas e semi-áridas do Sudoeste de Angola o modelo de desenvolvimento económico do colonialismo tardio, que vem sendo designado por “desenvolvimentismo repressivo” (Cooper, 2002; Jerónimo e Pinto, 2015, Jerónimo, 2017). Por desconhecimento e preconceito, esse modelo não teve em consideração o modo de vida dos povos pastores e agro-pastores que ali viviam. O desenvolvimento foi encarado pelos empresários coloniais e pelo próprio Estado, como a substituição pura e simples do suposto nomadismo pastoril pela pecuária intensiva orientada para a produção de carne em larga escala. Usado pelos criadores “evoluídos” para delimitar as suas fazendas, instaladas junto de pontos de água e nas rotas de transumância com a anuência da administração colonial, o arame farpado constituiu grave ameaça ao equilíbrio ecológico que ali era mantido e à sobrevivência de animais e humanos.

A pesquisa para este artigo teve como fontes primárias documentação produzida por instâncias oficiais em Angola, consultada no Arquivo Histórico Ultramarino e na Torre do Tombo, trabalhos técnicos e científicos coevos, testemunhos orais, e textos literários mais ou menos ancorados na experiência vivida. Em termos historiográficos, enquadra-se na literatura que cruza ciência e império (Hodge, 2011: 3-29) e vem reconhecendo a importância do local, as interações complexas entre cientistas e técnicos europeus e intermediários africanos, e a construção de formas híbridas de conhecimento científico ou “ciência vernacular” (Tilley, 2011: 26). Por outro lado, leva em linha de conta os estudos que procuram equacionar a problemática do de-

\* Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

1 Este artigo resulta do projeto “Cientistas de campo no ‘terreno luso-tropical’: conhecimento, ideologia e governo no império colonial português tardio”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. IF/00519/2013) e desenvolvido no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Universidade de Lisboa. Agradeço à Marta Macedo e ao Jaime Sastre a referência e as conversas sobre o trabalho de Netz.

envolvimento de/em África numa cronologia mais longa e num quadro internacional (Hodge e Hödl, 2014; Unger, 2018). Finalmente, faz uso de conceitos que nos permitem reflectir sobre o conhecimento existente e em circulação relativo à criação de gado: o “conhecimento local”, gerado pelas comunidades agro-pastoris e pastoris do Sudoeste de Angola e criado fora dos paradigmas da tradição científica ocidental; o “conhecimento de base local”, construído pelos técnicos da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) na interação com aquelas comunidades; o “conhecimento portátil”, que, no presente caso, é ilustrado pelo estudo do Instituto Hudson encomendado pela Companhia União Fabril - CUF (conceitos em Mehos e Moon, 2011: 44-45).

### “Texas, o sudoeste de Angola!”

Num manuscrito inédito intitulado “Itinerário angolano” (1972), relativo a uma “excursão de férias” de três semanas realizada em 1971, o poeta, engenheiro-agrônomo e antropólogo Ruy Cinatti (1915-1986) reflecte sobre a economia de Angola e os caminhos do seu desenvolvimento.<sup>2</sup> À época, Cinatti era investigador da Junta de Investigações do Ultramar e a visita a Nova Lisboa e a Sá da Bandeira ter-lhe-á sido proporcionada pelo Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), um organismo dependente da própria Junta.

Numa longa passagem referente ao troço entre Sá da Bandeira e Moçâmedes, que percorre acompanhado pelo engenheiro-agrônomo Luís Augusto Grandveaux Barbosa, investigador do IICA, especialista em fitogeografia, Cinatti manifesta a sua indignação perante a onnipresença do arame farpado dos dois lados da estrada e reflecte sobre o seu impacto na paisagem e na vida dos pastores Mucubais, como eram designados pelos portugueses os Kuvale, um subgrupo minoritário dos Herero.

*Mutiates ardentes, depois savana aos poucos rarefeita, um feitio de estepe arbóreo-arbustiva, pastagem baixa, natural com súbitas ilhas arbóreas que parecem ressuscitar a vegetação anterior, mas só por momentos porque o processo desenvolve-se inexorável, oculto, aparente, presente, ausente, que aos poucos se consciencializa no vedado de arame de ambos os lados da estrada. O que é isto, pergunta-se? Acaso propriedade privada ou capricho de proprietário? Tanto quilómetro é, porém, de mais. Acaso não atravessamos território de Mucubais pastores, bebedores de leite, donos de manadas? Tanta comprideza de arame complica-me, repugna, retrai Mucubais, perturba o equilíbrio natural-humano, modo de vida estável, condigno, e eu ouço dizer-me que começo a sentir náusea, que há qualquer coisa de podre no reino da Dinamarca (Cinatti, 1972: 147).*

O mal-estar aumenta porque numa área “quase à medida do Dundo” (a vasta região do Nordeste de Angola concessionada à Diamang – Companhia dos Diamantes de Angola), os pontos de água estão dentro do perímetro vedado, onde Cinatti só vê um pequeno rebanho de cordeiros caraculo. Depois de um cruzamento, onde fica a entrada principal da Estação Experimental do Caraculo e um restaurante-bar e mini-mercado, continua o arame.

<sup>2</sup> Portugal, Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca Universitária João Paulo II, Espólio Ruy Cinatti, *Itinerário angolano* [Manuscrito], 1972. RC.I.2/19 - cx18. Apenas foram publicados os poemas que acompanhavam a prosa (Cinatti, 1974).

*Gostaria de conjugar como em pequeno o verbo eu amo, tu amas, ele ama... não, só me ouço dizer tu aramas, eles aramam... e eis um sítio... o arame à esquerda termina num poste encimado por uma roda de carroça pintada de vermelho, o poste liga-se a outro através dum lintel entremeadado por crânio bovino de cornos ao alto, outra roda de carroça desce (mais arame), por baixo do crânio um letreiro: Rancho Montemor!<sup>3</sup> Ao longe, sopé de monte-montanha, casario branco: o rancho! Texas o sudoeste de Angola! Mas o arame não pára. Há outro rancho e, entretanto, os Mucubais, pelo que inquiri, ou fazem gato-sapato do arame ou têm que levar o gado para outras bandas onde não haja arame farpado (...) [a] distâncias dez vezes mais distantes das outras onde dantes bebia (Cinatti, 1972: 147).*

No contexto da guerra colonial, iniciada em 1961 no Norte de Angola, a situação que se vivia no Sudoeste do território poderia ter consequências mais graves do que a destruição ilegal das vedações ou a recusa dos pastores kuvale de trabalharem como assalariados para os empresários portugueses (a outra forma de resistência usada pelas populações afectadas). Cinatti põe a hipótese do alastramento do conflito armado aos distritos de Moçâmedes e da Huíla. A sua empatia com os Kuvale leva-o à admissão (retórica) da possibilidade de aderir aos movimentos de libertação contra o domínio colonial português: “se fosse Mucubal não esperava que os terroristas da Zâmbia e do Bié viessem até mim – ia eu ter com eles. Tão cedo se esqueceram as matanças do Uíge, do Congo!”<sup>4</sup>

No Sudoeste ainda havia memória da violenta repressão militar que duas décadas antes se abatera sobre os pastores kuvale, na sequência de uma acusação de serem autores de um incidente grave de roubo de gado.<sup>5</sup> Além de um número indeterminado de mortos, os prisioneiros foram sujeitos a atrocidades e enviados coercivamente para São Tomé, para as minas da Diamang, para uma colónia penal ou “cedidos” ao município de Moçâmedes e a fazendeiros da zona; cerca de 90 % do seu gado foi confiscado em benefício de colonos brancos. Porém, graças a estratégias de poupança e cuidados diligentes, os Kuvale haviam conseguido reverter o processo de proletarianização, reconstituir as suas manadas e retomar o seu antigo modo de vida (Pélissier, 2006: 417-419). O projeto de criação de ovelhas caraculo na região, iniciado em 1948, viria a pô-lo novamente em perigo. A história da criação de ovelhas caraculo no Sudoeste de Angola, mimetizando a experiência alemã no Sudoeste Africano, foi pensada em articulação com um grande esquema de povoamento branco sem qualquer respeito pelos povos pastores da região e pelo seu gado (Saraiva, 2016: 217-232). A fixação de um grande contingente de colonos não passou de uma miragem. De qualquer forma, o experimento português, de iniciativa estatal, deu azo à apropriação e controlo de milhares de hectares por uns quantos proprietários absentistas, pondo em risco o equilíbrio ecológico que os Kuvale conseguiam manter com um meio físico adverso e recursos naturais escassos.

Cinatti alude à convivência dos escalões intermédios da administração colonial com os interesses de pequenos e grandes colonos instalados em Angola; cumplicidade

3 O rancho Montemor, fazenda particular de Rui Mendonça Torres, dedicada à criação de ovelhas caraculo (Anónimo, 1965: 144), era como as restantes 16 fazendas existentes na zona reservada pelo Estado àquela exploração, de enorme dimensão, 15 mil hectares (Saraiva, 2016: 231).

4 Esta é uma das passagens que comprometia qualquer hipótese de publicação da obra durante a ditadura.

5 Essa memória, sujeita a reconfigurações, é certo, persistia na década de 1990, quando um kuvale entrevistado por Ruy Duarte de Carvalho (1997: 11) se referiu à guerra “kokambola”.

que permite o esbulho de terras e o adiamento *sine die* de medidas para proteger os pastores africanos. Indivíduos como “o sr. Venâncio [Guimarães Sobrinho], o grande magnate das conservas de carne” (Cinatti, 1972: 169), não por acaso também dono de um dos cinco depósitos de arame farpado em funcionamento no distrito da Huíla (*Anuário do Ultramar Português*, 1969),<sup>6</sup> formavam um grupo de pressão junto do poder político que defendia sempre a mesma tese sem fundamento: as terras do sul estavam desocupadas e os nativos deambulavam com uma quantidade irrisória de gado que não justificava as dificuldades que estavam a ser colocadas para que os criadores “evoluídos” expandissem as suas concessões ou requeressem mais demarcações.

A injustiça e perversidade da situação no Sudoeste de Angola, envolvendo pastores africanos, comerciantes europeus e o Estado colonial, é descrita de forma eloquente por Cinatti:

*Não existe rancho do Texas no sudoeste de Angola que valha um Mucubal, nem sonho de ser criador de gado se a função se processar como aqui: roubo legalizado, falcatrua porque as mais das vezes não se cria gado: abre-se estanco, vende-se vinho de laranja ou lá o que é a mistela e compra-se por déreis [sic] o gado ao indígena, entretanto vedado pelo arame farpado até à entrada da sanzala. – Não tens outra alternativa: ou me compras álcool e me dás gado ou não to deixo pastar nem o deixo beber. Bem sabes que tenho o Governador por mim, que o snr. Administrador é meu amigo e o snr. polícia também – e o Mucubal inquirido refere-me o snr. Américo, subentendendo o Governo, porque todo o snr. Américo é branco e o branco é Governo, nunca se sabe, com o ar natural de quem não percebe nada do que se passa excepto de que de um dia para o outro deixou de poder passar por aqui e tem de dar voltas e mais voltas para poder dar de beber ao gado ali (Cinatti, 1972: 148).*

Outro poeta, agrónomo e futuro antropólogo, Ruy Duarte de Carvalho (1941-2010), condensa a problemática tratada por Cinatti numa meia ficção, fruto da sua própria experiência.<sup>7</sup> Em “As águas do Capembáua”, Carvalho (2003 [1977])<sup>8</sup> narra-nos a instalação de uma fazenda na reserva do Caraculo, a construção de uma cerca de arame farpado, a concomitante expulsão de uma *onganda* (centro habitacional com carácter definitivo e o mais importante dos ocupados pelo grupo familiar ao longo do ano) para fora da área vedada, o desequilíbrio social e ecológico provocado, a flagrante injustiça num período prolongado de seca ante a impossibilidade de o gado dos kuvale pastar dentro da vedação, onde ainda havia algum pasto e poucos animais, a tensão e o conflito latente, a convivência da autoridade colonial (chefe de posto) com o eventual uso da força por parte do empregado da fazenda se os pastores rebentarem o arame para salvar o gado. A sua vivência do espaço, o contacto com os habitantes humanos e não humanos e a memória de episódios concretos conferem verosimilhança ao relato do sofrimento gerado pela situação colonial no Sudoeste de Angola.

6 Venâncio Guimarães Sobrinho, o maior empresário do Sul de Angola, estava presente em diversos ramos de atividade (derivados da pesca, moagem, produtos alimentares, abate, congelação e exportação de carnes, importação de máquinas e ferramentas, comércio de importação e exportação, camionagem, estação de rádio) e era presidente da Associação Industrial de Angola (Guerra, 1979: 147).

7 Ruy Duarte de Carvalho viveu em Angola na infância. Depois de concluir o curso de regente agrícola em Santarém (1954-1960), regressou a Angola, tendo exercido funções na Estação Experimental do Caraculo. Tal como Cinatti, era poeta e agrónomo e interessava-se pela Antropologia. Viria a fazer o doutoramento em Antropologia Social e Etnologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, em 1986.

8 Agradeço ao Marcelo Bittencourt e a Ana Paula Tavares a referência a este conto.

*[fora do arame, os pastores da onganda do velho Luna, expropriada pela fazenda do branco] tangem o que lhes resta das manadas, reduzidas, no dia a dia, pela queda dos animais mais fracos. (Vacilantes na marcha deixam-se atrasar. Depois estremeecem sobre as patas finas e afocinham no chão, mordendo a língua e a esbugalhar os olhos, líquidos de espanto e de aflição).*

(...)

*Tchimutengue [sobrinho e herdeiro de Luna] traz o seu gado de volta à onganda. Esgotados os pastos e os restos de água nos morros e nos plantôs do Sul, aqui aguardará, fazendo rapar o último capim encostado à vedação da fazenda, as hipotéticas chuvas de Março (Carvalho, 2003: 32 e 35-36).*

Fruto da sua profunda identificação com aquele ecossistema, reverbera na narrativa de Carvalho o ponto de vista ambiental e o animal sobre o arame farpado, duas perspectivas que, nas últimas décadas, têm vindo a ganhar relevância no âmbito dos estudos históricos.

### Historial de “divergências e atritos”

Cinatti temia que a situação na reserva do Caraculo reproduzisse conflitos anteriores que o Estado colonial, embora apoiado em pareceres técnicos e políticos, não conseguiu solucionar, e que abordaremos de seguida.

*O que acontece aqui aconteceu em 1963 nos Cuanhamas, conforme Cruz de Carvalho, conforme Silvino Silvério Marques-Ilídio Barbosa,<sup>9</sup> anos mais tarde em relatórios, em comunicações apresentados ao Venerando Conselho Ultramarino, homologadas e convenientemente arquivadas. Poça pó tango! (Cinatti, 1972: 147).*

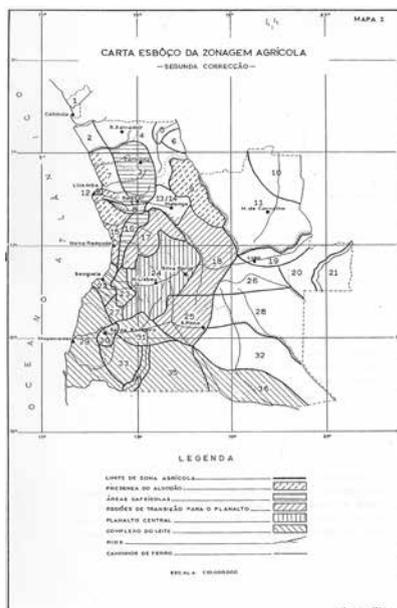
Nos anos 50, Portugal, seguindo o que outras potências coloniais vinham fazendo depois de 1945, procurou legitimar e reforçar a sua soberania nas colónias apostando no seu fomento. O desenvolvimento tardo-colonial distinguiu-se de esforços anteriores sobretudo pelo aumento da escala e intensidade, e pelo maior envolvimento estatal no financiamento e planeamento (Unger, 2018: 51-52). Atendendo ao facto de o Sudoeste de Angola ser ainda uma região marginal e subdesenvolvida (mesmo à luz dos padrões portugueses) em comparação com a maioria do território angolano (Keese, 2015), o governo colonial decide lançar um projeto de modernização da pastorícia na região do Cunene, articulado com o incremento do povoamento branco. Desse esforço resultou um aumento das empresas (agro-)pecuárias detidas por colonos, a crescente ocupação das melhores pastagens pelas “modernas” fazendas e uma competição crescente entre dois modos de criação de gado: o “tradicional” e o “empresarial”.

No seu relatório de 1 de Setembro de 1962, o delegado da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em Sá da Bandeira reportou superiormente um certo mal-estar entre os nativos de Humbe e Mucope e colonos brancos da região devido à instalação de fazendas aramadas, e considerou que o clima de tensão podia ser favorável

<sup>9</sup> Refere-se ao chefe da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola, à dupla governador-geral de Angola e secretário provincial de Fomento Rural, e à sessão plenária do Conselho Ultramarino de Outubro de 1969, na qual se debateu a política de fomento pecuário do Ultramar.

à subversão. O governador da Huíla nomeou uma comissão para estudar o problema in loco, constituída pelo chefe da repartição distrital de administração civil da Huíla, Guilherme Ribeiro de Carvalho, Armando Malacriz, chefe dos serviços de veterinária da Huíla e João Procópio da Costa, chefe dos serviços geográficos e cadastrais da Huíla. A comissão, que se deslocou ao local em Agosto de 1963, foi de parecer que nas demarcações que se ligavam entre si fossem abertos corredores de 4 quilómetros de frente para permitir ao gado dos naturais o livre acesso aos bebedouros e o seu regresso à zona de capins sem quaisquer obstáculos. Porém, os fazendeiros Jaime Venâncio Ferreira Rodrigues, António Martins dos Santos, António Cardoso e Manuel Rodrigues “o maneco”, donos das demarcações daquela região, exigiram do Governo indemnizações pelos prejuízos causados pela solução preconizada pela comissão, pois para abrirem os corredores seriam obrigados a proceder ao arranque do arame e das estacas, fazendo a vedação em zona mais recuada. Apesar de ter sido aprovada pelo governador do distrito, a recomendação da comissão não passou do papel.

Em face da deterioração das relações entre brancos e negros das regiões do Humbe e do Mucope, o secretário provincial de fomento rural incumbiu a Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) de colher todos os elementos necessários para habilitar as autoridades competentes a resolver os problemas criados às comunidades autóctones pelas fazendas de criadores “evoluídos”. Importa esclarecer que a MIAA fora criada na sequência de compromissos internacionalmente assumidos por Portugal, concretamente com a FAO (organismo da ONU especializado para a alimentação e a agricultura) no âmbito do primeiro recenseamento agrícola mundial. A sua atividade teve início no ano agrícola de 1961-1962, com um inquérito exploratório conduzido pelo chefe da missão, o engenheiro-agrônomo Eduardo Cruz de Carvalho, para estabelecimento preliminar da zonagem agrícola de Angola, tendo sido apuradas 36 zonas (ver ilustração 01).



**Ilustração 01** - Carta Esboço da Zonagem Agrícola.

Fonte: Carvalho, Eduardo Cruz de (1963), Esboço da zonagem agrícola de Angola, Fomento, vol. 1, n.º 3, 67-72.

Os trabalhos de inquérito agrícola na zona 34 foram atribuídos a um grupo dirigido por António São Brás Pereira. No ano agrícola 1963-1964, ele e os seus assistentes, António José Amado, Gaspar Crispiniano Wakavinde, Domingos Guelengue, Luís Ka-vaamwa Hayllecka, José Júlio Moreira Rodrigues, Otchiange, Alcino Carlos Ferreira Braga, Sidónio José de Almeida, Manuel Francisco da Fonseca e José Teófilo Musewa realizaram o inquérito no terreno.

*Dado o nosso contacto directo com as populações autóctones e o facto a todos os títulos favorável, de os colaboradores do grupo de trabalho do signatário, serem autóctones da região, conhecedores profundos dos dialectos regionais e da psicologia dos seus irmãos étnicos, não quisemos perder a oportunidade, talvez única, de auscultar o pensar e o sentir das massas menos evoluídas, seus anseios (...) Assim pedimos aos colectores que além do que era necessário saber-se para os nossos trabalhos, tudo o que ouvissem, em desabafos (...) anotassem (...) para que os fizéssemos chegar às mãos das autoridades superiores.<sup>10</sup>*

Brás Pereira conseguiu reunir informações que comprovavam as irregularidades cometidas – apropriação indevida de obras particulares, comunitárias e públicas, trabalho forçado, entraves à circulação do gado dos indígenas e ao acesso deste à água e às pastagens – e reportou-as superiormente.

*Pelas demarcações foram apanhadas – passando a propriedade privada – muitos pontos de água públicos, cacimbas, talas, chimpacas e furos, alguns propriedade das comunidades autóctones, feitos por eles, outros beneficiados ou feitos exclusivamente pelo estado para benefício público e muito especialmente dos autóctones, de que agora se vêm privados, com grande prejuízo.*

*Cerca de 50 homens dos Seculados Mukulo e Chango, do Posto do Humbe, foram coagidos a trabalhar durante cerca de 2 meses na abertura de picadas, que delimitam as fazendas que lhes tiraram as pastagens dos seus gados e pontos de abeberamento, não recebendo salários.<sup>11</sup>*

Pela mesma altura, o governador do distrito, intendente Américo Carreira Castanheira, deferiu a demarcação em nome individual de dois sócios da firma Augusto da Costa Cardoso & Companhia, viabilizando que a área na posse daquela firma triplicasse. O delegado da polícia política manifestou a sua estranheza perante o deferimento, tendo em conta o historial de “divergências e atritos resultantes da concessão e demarcação de terrenos”, numa região próxima da fronteira com o Sudoeste Africano e sujeita à influência da SWAPO, a Organização do Povo do Sudoeste Africano que lutava pela independência da actual Namíbia. Acresce que 1964 foi um ano particularmente seco, o que agravava ainda mais a situação.

*(...) é de admitir que os indígenas, quando virem os seus gados morrer por falta de água, tomem atitudes capazes de criar na região, um estado de insegurança semelhante ao que se verifica no Norte da Província, bastando-lhes para tanto, lançar fogo ao capim das demarcações dos europeus. De resto, verifica-se já, por parte dos naturais da região, a recusa de trabalharem para aqueles, sendo de prever que num*

<sup>10</sup> ANTT (Arquivo Nacional Torre do Tombo), Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. Inf. N. proc. 16.21.A/3, n.º 2131. Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola.

<sup>11</sup> ANTT, Arquivo PIDE/DGS, MIAA.

*futuro próximo lhes entreguem as manadas que agora apascentam, deixando-os privados de pastores, circunstância que determinará uma quebra considerável na economia do Distrito.*<sup>12</sup>

Sucederam-se novas demarcações em postos administrativos próximos (Cahama e Otchinjau) e sucessivamente mais distantes, com os mesmos atropelos aos legítimos interesses dos pastores africanos e até à legislação em vigor sobre concessão de terrenos.

### Exploração de gado em larga escala

O relato de Cinatti, traduzindo a sua indignação perante a perturbação que o arame farpado introduziu na paisagem humana do Sudoeste angolano, ganha maior inteligibilidade se soubermos que como investigador da JIU, além de conhecer os resultados dos inquéritos da MIAA (a que voltaremos mais à frente), teve acesso ao “Estudo intensivo de Angola” realizado pelo Instituto Hudson de Nova Iorque. Encomendado pela Companhia União Fabril (CUF), inicialmente interessada numa análise prospetiva para avaliar as possibilidades de desenvolvimento económico suscetíveis de serem atingidas por Portugal no ano 2000, o estudo foi conduzido por um grupo heterogéneo e multidisciplinar, formado por 5 peritos do Instituto Hudson e 8 consultores privados estrangeiros e 4 especialistas do grupo CUF, portugueses. A visita a Angola durou de 27 de Agosto a 5 de Setembro de 1969. A equipa foi dividida em quatro ou cinco grupos de composição variável em cada dia. Foram realizados percursos por via aérea e terrestre. Nos primeiros, realizados diariamente, foram utilizados quatro aviões ligeiros, bi-motores, que voavam a altitudes mínimas (100 metros), quando e onde o tempo e a topografia do terreno o permitiam, para observação das realidades que cada membro da equipa estava incumbido de examinar. Eram feitas aterragens frequentes para pesquisas no terreno nas zonas consideradas de maior interesse. Os trajetos automóveis destinavam-se a dar aos membros da equipa uma noção do território a partir de terra. A equipa reuniu-se no Lobito, em Sá da Bandeira e em Luanda para discutir pontos de vista e os apontamentos colhidos durante as visitas já realizadas e para planear as excursões seguintes.<sup>13</sup>

O diretor do IH, Herman Kahn, considerava que a metodologia do estudo “aéreo” permitia saltar rapidamente para o cerne dos problemas, mas reconhecera que não substituía trabalho sistemático posterior para aprofundar as ideias e impressões surgidas no decurso da visita, em parte baseadas em conclusões intuitivas e abertas a questionamento (Kahn, 1969: 23).

O grupo considerou que uma estratégia de desenvolvimento acelerado e massivo (“Go for broke fast”) era possível sob soberania portuguesa, em substituição do “Business as usual”, a modalidade de desenvolvimento sem rasgo nem dimensão que, na sua opinião, o III Plano de Fomento preconizava. Entre as ideias para o desenvolvimento económico de Angola que apresentou, encontra-se a aposta em explorações de gado em larga escala (leia-se levar muito mais longe a industrialização e comercialização de carne bovina). Em particular, a planície costeira Benguela-Moçâmedes seria especialmente adaptada a uma grande indústria de exportação de gado com serviços veterinários

12 ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, Proc. Inf. N. proc. 16.21.A/3, n.º 2131. Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola.

13 No documento de trabalho *Thoughts and Impressions of Angola*, Hudson Institute (1969) encontra-se um “diário cronológico” da operação, onde é possível perceber a composição de cada grupo e o respetivo itinerário por avião ou terra em cada dia, onde foram feitas as aterragens, paragens, pernoitas e reuniões da equipa, que visitas foram feitas e que contactos foram estabelecidos.

próprios e facilidades de abate e processamento de carne.<sup>14</sup> Os peritos “voadores” acreditavam que Angola tinha condições para vir a competir com a Argentina e a Colômbia, exportando carne para a Europa Ocidental e refeições transformadas ou cozinhadas para os Estados Unidos da América.<sup>15</sup> O chefe da equipa, Robert Panero, admitia que existia um grande desafio em Angola, uma verdadeira “nova fronteira”.<sup>16</sup>

O Ministério dos Negócios Estrangeiros teve conhecimento do “estudo intensivo de Angola” pelo relato de uma conversa tida entre o embaixador de Portugal em Bogotá e Robert Panero, em que este lhe falara das suas impressões de Angola, aquando da visita contratada pela CUF, e deu conhecimento ao Ministério do Ultramar.<sup>17</sup> O ministro do Ultramar pediu um parecer ao Conselho Superior de Fomento Ultramarino sobre o relatório. Com base no parecer, nomeou um grupo de trabalho para informar sobre a constituição de uma Comissão a instituir no Ministério do Ultramar para estudar o plano geral de desenvolvimento do Ultramar integrado no contexto nacional. Ruy Cinatti fazia parte desse grupo de trabalho em representação da JIU. Na sua excursão a Angola confrontou-se com uma economia que lhe pareceu “destrutiva e destruidora”, mas a prospectiva do IH para a zona habitada pelo kuvale não lhe parecia certamente mais promissora, pois os saberes locais e localmente produzidos eram completamente ignorados.

### Inquéritos agrícolas e desenvolvimento alternativo

Ao contrário da equipa do Instituto Hudson, cuja visita “aérea” a Angola durou alguns dias e deu azo a um conhecimento impressionista do território, a MIAA vinha, desde 1962, procedendo ao recenseamento agrícola de Angola, segundo critérios ecológicos e de economia rural (Silva, 2003). A MIAA considerava que o inquérito não devia ser um fim em si mesmo mas um meio de obter dados de base indispensáveis a uma consciente planificação de fomento agrário e que este devia ser regionalmente programado. No centro das suas preocupações estava a atividade do homem e a sua integração e interação com o meio ambiente. O seu principal objetivo era conhecer a estrutura das comunidades rurais locais e o processamento das suas atividades económicas. Nesse âmbito, ganhava especial relevância a questão da posse e uso da terra.

Entre 1962 e 1969, MIAA recenseou todas as regiões fora das zonas de combate entre os movimentos de libertação de Angola e as tropas portuguesas, sendo que cada recenseamento durou pelo menos um ano agrícola. Os dados empíricos recolhidos viabilizaram a produção de conhecimento de base local plasmado em informações, pareceres, relatórios e estudos monográficos. Estes estudos “puseram sempre em relevo a racionalidade própria das economias analisadas e a sua estreita adaptação às respectivas condições ecológicas, ressaltando ao mesmo tempo, o impacte, por via de regra destrutivo, da sua interação com a economia colonial” (Heimer, 1983: 1096-1097). Os elementos compulsados estiveram também na base de artigos científicos e trabalhos académicos (Carvalho e Silva, 1973; Carvalho, 1974; Morais, 1974).

O trabalho de campo nas diversas zonas que compunham o “complexo do leite” (Carvalho, 1963) permitiu à MIAA identificar as causas dos conflitos: em áreas habitadas por populações pastoris e agropastoris para as quais a criação de gado constituía uma parte funda-

<sup>14</sup> AHU, IPAD, 16229. José Manuel S. Catita, “Relatório sumário sobre Agricultura”, in Instituto Hudson, *Ideias e Opiniões sobre Angola de membros do Instituto Hudson, equipe de estudo intensivo de 25 de Agosto a 5 de Setembro de 1969: Elementos para discussão*, Nova Iorque, 8 de Outubro de 1969, pp. 117-118.

<sup>15</sup> AHU, IPAD, 16230. Instituto Hudson, *Estudo intensivo de Angola por Robert Panero*, 8 de Outubro de 1969, p. 33.

<sup>16</sup> AHU, IPAD, 16230. Instituto Hudson, *Estudo intensivo de Angola por Robert Panero*, 8 de Outubro de 1969, p. 46.

<sup>17</sup> AHU, IPAD, 16190. Ofício da Direcção-geral de Negócios Económicos do MNE enviou ao chefe de gabinete do ministro do Ultramar, a 31 de Outubro de 1969, citado no Parecer n.º 3/70 do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, de 11 de Junho de 1970.

mental da sua cultura e economia, a competição entre os dois sistemas de criação de gado, o “tradicional” e o “empresarial”, intensificava-se na proporção do aumento do número de fazendas aramadas detidas por colonos portugueses; a maioria dos fazendeiros mandava pastorear o gado que lhe pertencia fora das áreas vedadas, contribuindo ainda mais para a diminuição dos pastos fora das cercas; a pressão dos fazendeiros para o alargamento das áreas demarcadas, alegando a existência de vastas extensões desocupadas (o que não correspondia à realidade) fazia-se à custa da terra disponível para o sector tradicional.

Instada pelas autoridades distritais e provinciais a dar parecer sobre o problema da ocupação pecuária no Sudoeste de Angola, a MIAA mostrou que as perturbações no Cuanhama tinham tido início com a implantação dos arames. Por diversas vezes, quer no Plenário de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia, quer por meio de informações à Comissão Distrital de Planeamento e Ordenamento da Pastorícia da Huíla, ao secretário provincial de Fomento Rural e ao governo-geral, contestou o prosseguimento dessa prática. As suas intenções eram, regra geral, desvirtuadas pelos empresários e pelos funcionários coloniais, sendo a MIAA acusada de “idealizar e sublimar a técnica pecuária dos criadores tradicionais” e os seus técnicos acusados de serem “amigos dos pretos”.<sup>18</sup>

Em 1970, o chefe adjunto da MIAA, Francisco Sá Pereira, respondendo a um novo pedido do governo-geral de Angola, reclama que as decisões políticas estão a ser tomadas sem a informação prévia e repetidamente fornecida pelos serviços técnicos oficiais sobre as realidades socioeconómicas do Sudoeste de Angola, e mais uma vez explica que, dentro do sistema tradicional, o gado tem não só uma função sociocultural como uma função económica e os criadores de gado nativos fornecem a maior parte da carne consumida em Angola. Explica também em detalhes a racionalidade da transumância e a relação complexa homem-animal no sistema “tradicional”. Conclui afirmando:

*(...) em terras áridas e semi-áridas, a criação de gado dentro de arames com aproveitamento quase que exclusivo das condições da região, não é aquela que conduz a uma maior intensificação do aproveitamento dos recursos naturais existentes.*

*Se atentarmos ainda nos vultuosos investimentos que são necessários para vedar e parquear uma área por exemplo de 15 000 ha na qual poderemos meter pouco mais de 2000 cabeças, ficamos na dúvida até que ponto será económica a criação de gado nestas condições.<sup>19</sup>*

Assim sendo, as modificações das práticas e do modo de vida das populações pastoris deveriam incidir em necessidades sentidas por essas populações, e não impostas de fora para dentro, à sua revelia.

Em 1973, diante das crescentes preocupações de segurança, as autoridades militares de Angola solicitaram à secretaria provincial de Fomento Rural que estudasse as possibilidades de aumentar o desenvolvimento económico regional e a melhoria do modo de vida das populações nativas, a fim de evitar a degradação do meio social. O secretário provincial do Fomento Rural, por sua vez, encarregou a MIAA dessa pesquisa. Para o efeito, Francisco Sá Pereira e Jacinto dos Santos Carriço fizeram uma visita de estudo à região do

<sup>18</sup> AHU, IPAD, 6238. Despacho de Eduardo Cruz de Carvalho, chefe da MIAA, 10 de outubro de 1970, na resposta elaborada pelo adjunto da MIAA, Francisco Sá Pereira, às considerações sobre a atuação da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola no Sul de Angola, feitas na sessão n.º 194 do Conselho Legislativo. Francisco Sá Pereira, Depoimento, 2014. Entrevista concedida a Cláudia Castelo, Alpedrinha (Fundão), 6 de Outubro de 2014. António Medina Ferro, Depoimento, 2017. Entrevista concedida a Cláudia Castelo, Cascais, 27 de Novembro de 2017.

<sup>19</sup> AHU, IPAD, 431. Resposta do Adjunto da MIAA a uma solicitação do governo-geral sobre os problemas da pastorícia no Sudoeste de Angola, Nova Lisboa, 10 de Julho de 1970.

Cuanhama e apresentaram um relatório.<sup>20</sup> A partir de uma caracterização ecológica, económica e social da região, consideraram surpreendente que numa área anualmente afetada por cheias, os povos locais conseguissem viver sem pedir ajuda ao Estado nem sofrer crises alimentares. O gado garantia comida e a sobrevivência a quase 90 000 indivíduos.

Segundo Francisco Sá Pereira e Jacinto dos Santos Carriço, os povos Cuanhama e Cuamato conseguiam aproveitar de forma inteligente ecossistemas adversos sem degradá-los. O facto de criarem uma riqueza colossal e apetecível em tão difíceis circunstâncias devia merecer o respeito, admiração e apoio dos homens “civilizados”. Além disso, uma vez que essas pessoas faziam parte da Nação Portuguesa e a área que habitavam fazia parte do território nacional, toda a Nação beneficiava com a sua riqueza pecuária.

Atentos à tensão latente e aos conflitos entre os pastores tradicionais e os comerciantes sem demarcações, por um lado, e os proprietários de áreas vedadas, por outro lado, salientam que o arame farpado é causa de problemas e um perigo potencial. O projeto ainda vago de exploração da terra supostamente desabitada de Tchimporo (para onde o gado dos nativos era movido dentro da transumância) também podia desequilibrar o frágil equilíbrio estabelecido no sul de Angola. Os dois engenheiros agrónomos defendiam, portanto, a proibição de novas demarcações aramadas em toda a região, especialmente ao longo das vias de comunicação a abrir ou já existentes e também das vias de acesso e na proximidade de linhas ou cursos de água e pontos de abeberamento e de pastagem comunal. Consideravam, aliás, que esta devia ser a mais urgente de todas as medidas.<sup>21</sup>

Em traços largos, a produção técnico-científica que resultou direta ou indiretamente do trabalho da MIAA contestava a ideia de que o Sudoeste pastoril se devia tornar uma região de produção de carne em larga escala. A região permitia o modo de vida pastoril tradicional, mantendo o ecossistema em relativo equilíbrio ecológico. Em prol do desenvolvimento deviam ser feitas tentativas de melhorar o sistema em presença – que já funciona bem a vários níveis – em vez de substituí-lo por outro (desequilibrado e disruptivo) (Carvalho, 1974; Morais, 1974).

## Conclusão

O arame farpado foi uma ferramenta e um símbolo das políticas de desenvolvimento colonial nas regiões áridas e semi-áridas do sudoeste de Angola, no período final do colonialismo português (1960-1974), apostadas sobretudo num aumento da produtividade. Serviu para demarcar terras (controlo do espaço), criar reservas privadas para o gado dos europeus com acesso exclusivo à água e às pastagens (controlo dos recursos naturais), entrar o movimento de pessoas e animais (obstáculo às rotas de transumância anual), beneficiar os donos dos ranchos comerciais e o modo de produção capitalista. Materializou no território a ignorância e o preconceito relativamente à racionalidade e à sustentabilidade das práticas locais, consideradas uma ameaça à modernização e ao crescimento económico da região.

O conhecimento de base local produzido no colonialismo tardio, por técnicos da MIAA, revelou que a pastorícia “tradicional” no Sudoeste de Angola era mais sustentável em termos económicos e ecológicos, do que a pecuária “moderna”, e que os povos pastores estabeleciam uma relação com o gado muito mais complexa do que os empresários e agentes coloniais em regra consideravam.

<sup>20</sup> AHU, IPAD, 431. Francisco Sá Pereira e Jacinto dos Santos Carriço, Relatório de uma visita de estudo ao Cuanhama realizada por incumbência do Secretário Provincial de Fomento Rural, 1973.

<sup>21</sup> AHU, IPAD, 431. Francisco Sá Pereira e Jacinto dos Santos Carriço, Relatório de uma visita de estudo ao Cuanhama realizada por incumbência do Secretário Provincial de Fomento Rural, 1973, p. 25.

Sabe-se hoje que a indústria da produção de carne é das mais poluentes e nefastas para o ambiente.<sup>22</sup> Seguramente também será das mais cruéis para os animais, olhados apenas como comida e lucro (Fitzgerald, 2015). A história do arame farpado no Sudoeste de Angola no período tardo-colonial mostra que o desenvolvimento pecuário da região terá de passar por abordagens alternativas fundadas em conhecimento de base local, menos antropocénicas e mais atentas à ecologia e às humanidades (a história, a antropologia e até a literatura incluídas). Se modernização e ocidentalização não são necessariamente sinónimos, fará sentido querer que a África se torne uma cópia do Ocidente? (Carvalho, 1974: 203-204) No caso em apreço, há que não ter medo de que o Sudoeste de Angola não se pareça com o Texas ou a Pampa argentina, mas trilhe um caminho próprio, tirando partido do conhecimento e resiliência há muito demonstrados pelos seus povos.<sup>23</sup>

## Acrónimos

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

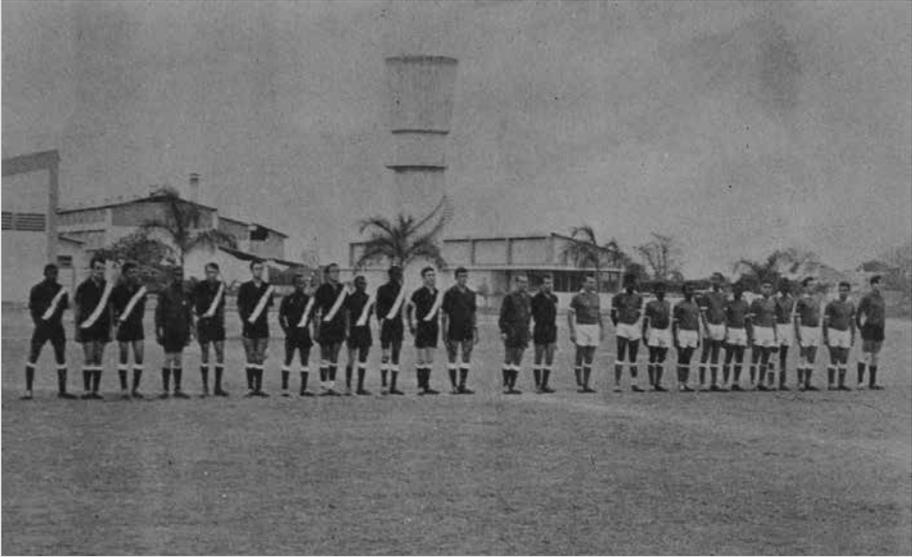
## Referências bibliográficas

- Anónimo (1965), Economia – Angola, *Boletim Geral do Ultramar*, n.º 478, pp. 135-146.
- Carvalho, Eduardo Cruz de (1974), Traditional and Modern Patterns of Cattle Raising: A Critical Evaluation of Change from Pastoralism to Ranching, *Journal of Developing Areas*, 8, 2, pp. 199-226.
- Carvalho, Eduardo Cruz de e Silva, Jorge Vieira da (1973), The Cunene Region: Ecological Analysis of an African Agro-Pastoral System. In: Heimer, Franz-Wilhelm (org.), *Social Change in Angola*, Munique: Weltforum, pp. 145-192.
- Carvalho, Ruy Duarte de (1997), *Aviso à navegação: olhar sucinto e preliminar sobre os pastores kuvale da província do Namibe com um relance sobre as outras sociedades agropastoris do sudoeste de Angola*, Luanda: Instituto Nacional do Livro.
- (2003 [1977]), *As águas do Capembáua, Como se o mundo não tivesse leste*, Lisboa: Cotovia, pp. 11-72.
- Cinatti, Ruy (1974), *Os poemas do itinerário angolano*, Lobito: Capricórnio.
- Cooper, Frederick (2002), *Africa since 1940: the past of the present*, Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Fitzgerald, Amy J. (2015), *Animals as Food: (Re)connecting production, processing, consumption, and Impacts*, Michigan: Michigan State University Press.
- Guerra, Henrique (1979), *Angola: Estrutura económica e classes sociais: os últimos anos do colonialismo português em Angola*, 4.ª ed., Lisboa: Edições 70.

22 O relatório *Livestock's Long Shadow: Environmental Issues and Options* (FAO, 2006) refere que a produção pecuária é uma das principais causas para os problemas ambientais que o planeta enfrenta, incluindo o aquecimento global, a degradação do solo, a poluição do ar e da água e a perda da biodiversidade. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/010/a0701e/a0701e00.htm>.

23 Isso mesmo é reconhecido por projetos recentes da FAO no território. FAO, Self-evaluation and Holistic Assessment of climate Resilience of farmers and Pastoralists (SHARP). [Consult. 28.dez.2018]. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/sharp/onthe-ground/africa/ago/en/>. FAO, Using indigenous knowledge to reverse land degradation in Angola. [Consult. 28.dez.2018]. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/using-indigenous-knowledge-to-reverse-land-degradation-in-angola/en/>.

- Heimer, Franz-Wilhelm (1983), Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica, *Análise Social*, Vol. XIX, n.º 77-78-79, pp. 1091-1100.
- Hodge, Joseph M. (2011), Science and Empire: An Overview of the Historical Scholarship. In: Bennett, Brett e Hodge, Joseph (org.), *Science and Empire: Knowledge and Networks of Science across the British Empire, 1800-1970*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 3-29.
- Hodge, Joseph M., Hödl, Gerald (2014), Introduction. In: Hodge, Joseph, Hödl, Gerald e Kopf, Martina (org.), *Developing Africa: Concepts and Practices in Twentieth-Century Colonialism*, Manchester: Manchester University Press, pp. 1-34.
- Hudson Institute (1969), *Angola. Some views of development prospects. Papers and discussions by participants in Conference held in Estoril, Portugal, October 13-14, 1969*, 2 vols., New York: Hudson Institute.
- Jerónimo, Miguel Bandeira (2017), 'A battle in the field of human relations': The official minds of repressive development in Portuguese Angola. In: Thomas, Martin e Curless, Gareth (ed.), *Decolonization and Conflict: Colonial comparisons and legacies*, London: Bloomsbury, pp. 115-135.
- Jerónimo, Miguel Bandeira e Pinto, António Costa (2015), A Modernizing Empire? Politics, Culture and Economy in Portuguese Late Colonialism. In: Jerónimo, Miguel Bandeira e Pinto, António Costa (org.), *The Ends of European Colonial Empires: Cases and Comparisons*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 51-80.
- Kahn, Herman (1969), Some appraisals of the Portugal - Angola alternative futures. In: Hudson Institute, *Angola. Some views of development prospects. Volume I - Socio-political aspects (HI-1278-RR/I). Papers and discussions by participants in Conference held in Estoril, Portugal, October 13-14, 1969*, New York: Hudson Institute, pp. 21-46.
- Keese, Alexander (2015), Developmentalist Attitudes and Old Habits: Portuguese Labour Policies, South African Rivalry, and Flight in Southern Angola, 1945-1974, *Journal of Southern African Studies*, 41 (2), pp. 237-253.
- Mehos, Donna C. e Moon, Suzanne M. (2011), The uses of portability: Circulating experts in the technopolitics of cold war and decolonization. In: Hecht, Gabriele, ed., *Entangled geographies: Empire and technopolitics in the global cold war*, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 43-74.
- Morais, Júlio (1974), Contribution à l'étude des écosystèmes ruraux: Les Vakuvals du Chingo, Tese de doutoramento, Paris: Université Paris VII.
- Netz, Reviel (2004), *Barbed Wire: An Ecology of Modernity*, Middletown: Wesleyan University Press.
- Pélissier, René (2006), *As Campanhas Coloniais de Portugal, 1844-1941*, Lisboa: Estampa.
- Saraiva, Tiago (2016), *Fascist pigs: Technoscientific organisms and the history of fascism*, Cambridge: MIT Press.
- Silva, Elisete Marques da (2003), Impactos da ocupação colonial nas sociedades do sul de Angola”, *Occasional Paper Series*, n.º 8, Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE.
- Tilley, Helen (2011), *Africa as a living laboratory: Empire, development, and the problem of scientific knowledge, 1870-1950*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Unger, Corinna R. (2018), *International development: a postwar history*, Londres: Bloomsbury Academic.



Equipas de futebol corporativo